



MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO



(EMPACOTADORA RAMOS – CASA DE FARINHA)

PERÍODO:

29/05/2018 a 08/06/2018



LOCAL: LAJEDO/PE

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: S08°39'31.8" W036°20'00.7"

ATIVIDADE: FABRICAÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA E DERIVADOS(CNAE: 1063-5/00)

OPERAÇÃO: 044/2018

SISACTE: 3053



MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

ÍNDICE

1. EQUIPE	3
2. DADOS DO RESPONSÁVEL LEGAL (EMPREGADOR)	4
3. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO	4
4. DA AÇÃO FISCAL	5
4.1. Das informações preliminares	5
4.2. Das irregularidades trabalhistas encontradas durante a ação fiscal	6
4.2.1. Da informalidade na contratação de trabalhadores	6
4.2.2. Da ausência de material para limpeza, enxugo e secagem das mãos no lavatório	8
4.2.3. Da permissão de uso de recipientes coletivos para o consumo de água.	9
4.2.4. Da falta de fornecimento de EPI, ausência de exames admissional e periódico, inexistência de material de primeiros socorros, não elaboração do PCMSO e do PPRA, e ausência de constituição da CIPA	9
4.2.5. Das irregularidades relacionadas às máquinas e equipamentos	11
4.2.5.1. Da ausência de sistemas de segurança em zonas de perigo das máquinas	12
4.2.5.2. Da inexistência de proteções fixas e/ou móveis com dispositivos de intertravamento nas transmissões de força e seus componentes móveis	12
4.2.5.3. Da ausência de proteção do movimento perigoso de transportadores contínuos de materiais	13
4.2.5.4. Da manutenção de comandos de acionamento de máquinas sem dispositivos que impedissem seu funcionamento automático ao serem energizadas	13
4.2.5.5. Da localização dos dispositivos de acionamento e parada em zonas perigosas das máquinas	14
4.2.5.6. Da inexistência de dispositivo de parada de emergência nas máquinas	15
4.2.6. Da manutenção de instalações elétricas em condições inseguras de funcionamento	15
4.2.7. Da ausência de análise ergonômica do trabalho	16
4.2.8. Da indisponibilidade de assentos para descanso durante as pausas no trabalho	16
4.2.9. Da utilização de assentos nos postos de trabalho em desacordo com o disposto na NR-17	17
4.3. Das providências adotadas pelo GEFM	18
4.4. Dos Autos de Infração e da NDFC	19
5. CONCLUSÃO	21
6. ANEXOS	23

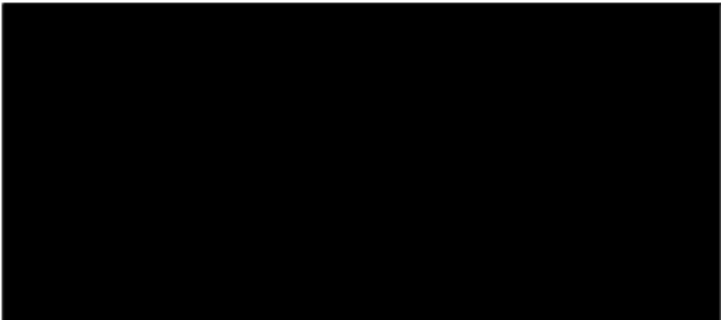
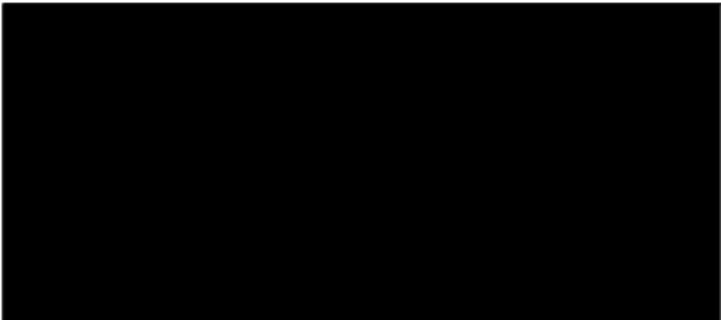
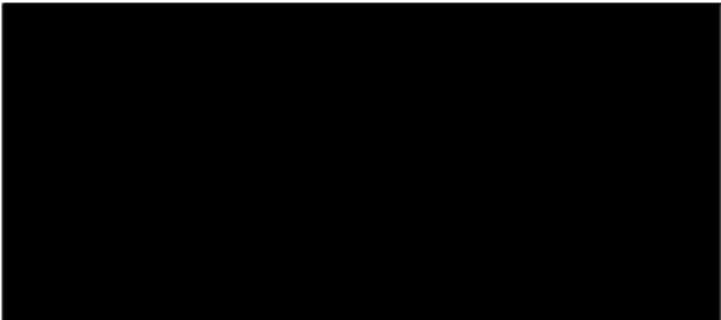
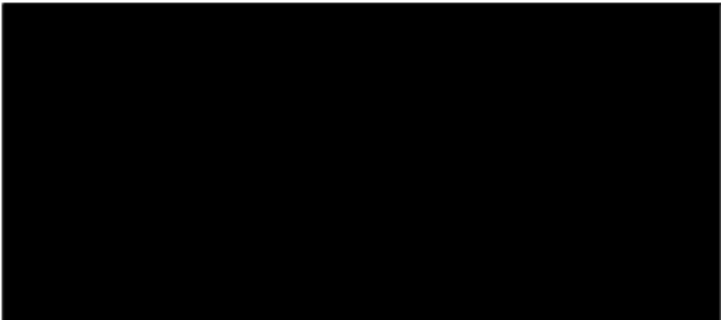
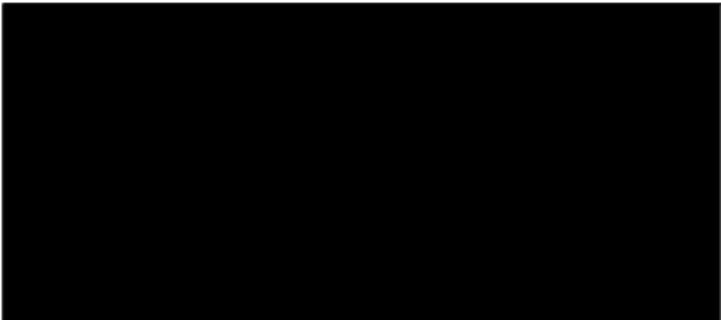
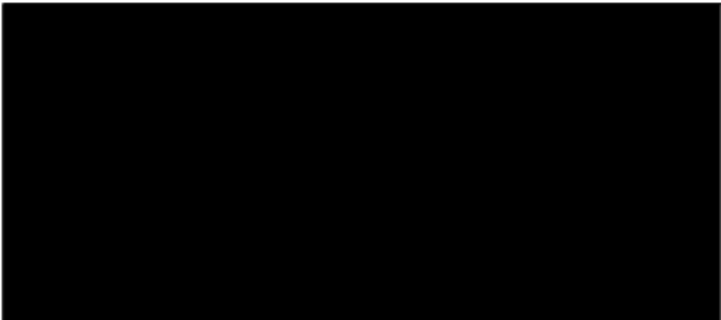


**MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL**

1. EQUIPE

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Auditores-Fiscais do Trabalho

-  Coordenador
-  Subcoordenador
-  Membro Fixo
-  Membro Fixo
-  Membro Eventual
-  Membro Eventual

Motoristas

-  SIT/MTb
-  SIT/MTb

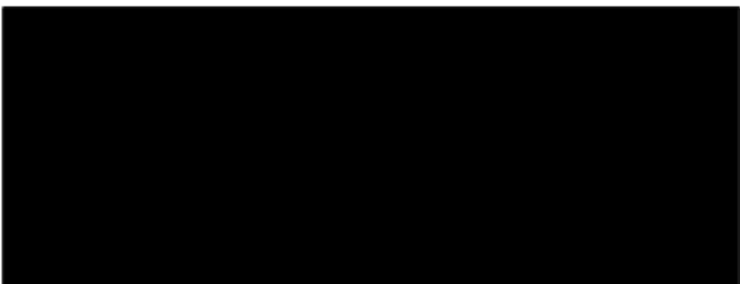
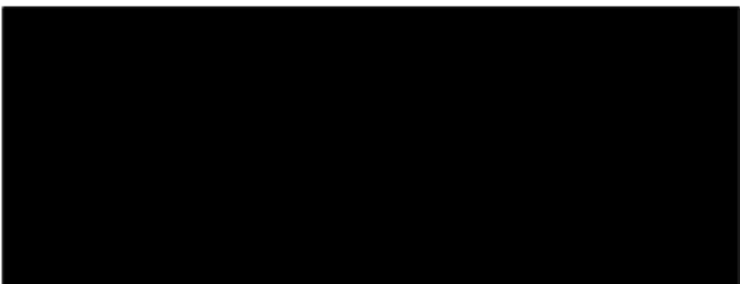
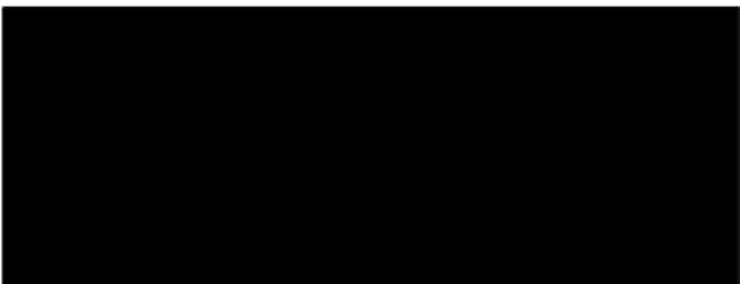
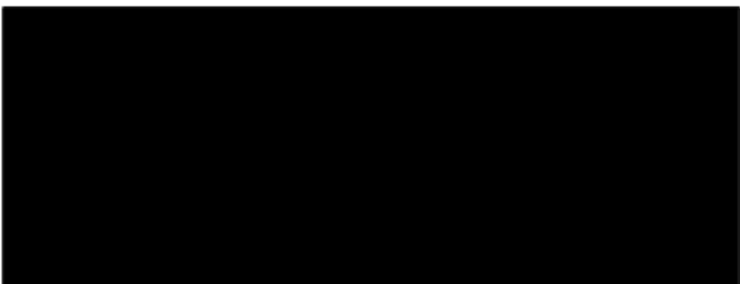
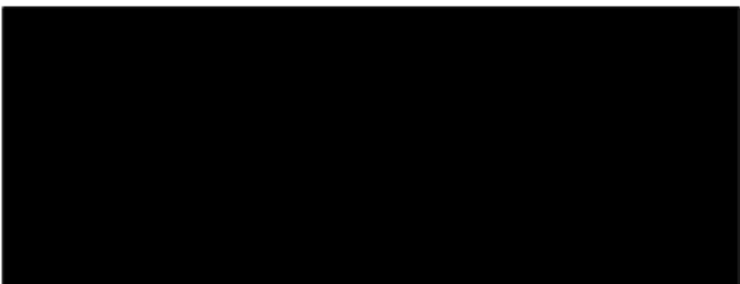
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

-  Procuradora do Trabalho
-  Agente de Seg. institucional

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

-  Defensor Público Federal

POLÍCIA FEDERAL

-  Escrivão de Polícia Federal
-  Agente de Polícia Federal
-  Agente de Polícia Federal
-  Agente de Polícia Federal
-  Agente de Polícia Federal



MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

2. DADOS DO RESPONSÁVEL LEGAL (EMPREGADOR)

- Razão Social: [REDAZIDA]
- Nome Fantasia: EMPACOTADORA RAMOS
- Estabelecimento fiscalizado: CASA DE FARINHA
- CNPJ: 03.850.929/0001-06
- CNAE: 1063-5/00 – FABRICAÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA E DERIVADOS
- Endereço da AGROINDUSTRIA: AV. PRES. JUSCELINO KUBITSCHEK, Nº 2312, BAIRRO BOM JESUS, CEP 55.385-000, LAJEDO/PE
- Endereço para correspondência: AV. [REDAZIDA]
[REDAZIDA]
- Telefone(s): [REDAZIDA]

3. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO

Empregados alcançados	40
Trabalhadores sem registro	33
Trabalhadores registrados durante a ação fiscal – Homens	00
Trabalhadores registrados durante a ação fiscal – Mulheres	00
Resgatados – total	00
Mulheres resgatadas	00
Adolescentes resgatados (menores de 16 anos)	00
Adolescentes resgatados (entre 16 e 18 anos)	00
Trabalhadores estrangeiros	00
Trabalhadores estrangeiros registrados na ação fiscal	00
Trabalhadores estrangeiros resgatados	00
Trabalhadores estrangeiros – mulheres resgatadas	00
Trabalhadores estrangeiros – Adolescentes (menores de 16 anos)	00
Trabalhadores estrangeiros – Adolescentes (entre 16 e 18 anos)	00
Guias de seguro desemprego do trabalhador resgatado	00
Valor bruto das rescisões	00
Valor líquido recebido das verbas rescisórias	00
Valor dano moral individual	00
Valor dano moral coletivo	10 (dez) pneus Pirelli Scorpion Mud, 255/70/R16



**MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL**

FGTS mensal recolhido no curso da ação fiscal ¹	00
Nº de autos de infração lavrados ²	29
Termos de apreensão de documentos	00
Termos de Ajustamento de Conduta (MPT)	01
Termos de interdição lavrados	01
Termos de suspensão de interdição	00
Prisões efetuadas	00
CTPS emitidas	00

¹ Foi lavrada e entregue ao empregador, durante a ação fiscal, Notificação de Débito do FGTS e da Contribuição Social – NDFC nº 201.153.190.

² Caso o empregador não cumpra determinação de informar o CAGED no prazo constante da NCRE, será lavrado o auto de infração capitulado no art. 24 da Lei nº 7.998, de 11/01/1990, c/c art. 6º, inciso II, da Portaria nº 1.129, de 23/07/14, do Ministro do Trabalho.

4. DA AÇÃO FISCAL

4.1. Das informações preliminares

Na data de 30/05/2018 teve início ação fiscal, em curso até a presente data, realizada pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), composto por 06 Auditores-Fiscais do Trabalho, 01 Procuradora do Trabalho, 01 Defensor Público Federal, 04 Polícias Federais, 01 Agente de Segurança Institucional e 02 Motoristas Oficiais, na modalidade Auditoria-Fiscal Mista, conforme art. 30, § 3º, do Decreto Federal nº 4.552 de 27/12/2002 – Regulamento da Inspeção do Trabalho, em estabelecimento localizado no município de Lajedo/PE, explorado economicamente pelo empregador supra qualificado, cuja atividade principal é a fabricação de farinha de mandioca e derivados.

A ação fiscal foi motivada por planejamento da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo – DETRAE, que tem como objetivo fiscalizar a cadeia produtiva da farinha de mandioca nos vários estados do Brasil, com foco no combate à exploração de mão de obra escrava. Dessa forma, foi destacada uma das equipes nacionais de combate ao trabalho análogo ao de escravo, visando averiguar as condições de trabalho e vida dos trabalhadores da casa de farinha.

A casa de farinha foi encontrada à margem direita da Rodovia Mestre Dominginhos/BR-423, (sentido Lajedo/PE – Jupi/PE), a cerca de 250 metros do Posto Trevo, nas coordenadas S08°39'31.8" W036°20'00.7".

Embora não tenham sido encontrados trabalhadores submetidos a condição análoga à de escravo, no curso da ação fiscal foram identificadas irregularidades que configuram



**MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL**

infrações à legislação trabalhista, expostas mais detalhadamente a seguir. Da mesma forma, serão narrados também as providências adotadas pelo GEFM, bem como a conduta do administrado em face da Equipe de Fiscalização.

4.2. Das irregularidades trabalhistas encontradas durante a ação fiscal

4.2.1. Da informalidade na contratação de trabalhadores

Foi constatado que o empregador admitiu e manteve 33 (trinta e três) obreiros na mais completa informalidade e sem o correspondente registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente (infração ao art. 41, caput, c/c art. 47, §1º, da CLT).

As atividades na casa de farinha desenvolviam-se em, basicamente, três setores: 1) setor de descascamento da mandioca in natura; 2) setor de processamento da farinha de mandioca; 3) setor de empacotamento. Foram encontrados 30 (trinta) trabalhadores no setor de descascamento, cuja função era regionalmente denominada de "raspador". A atividade consistia na retirada manual da casca da mandioca com o uso de facas e raspadores. As facas eram utilizadas para o corte e descascamento das pontas do tubérculo, enquanto o raspador limpava a parte intermediária da raiz (o raspador consistia em uma ferramenta rudimentar e de construção artesanal, com um cabo de madeira e uma lâmina de aço vergada em forma de "U" presa na ponta). As ferramentas eram adquiridas pelos próprios trabalhadores diretamente de vendedores ambulantes, não sendo fornecidas pelo proprietário da casa de farinha. Neste primeiro setor, os raspadores trabalhavam sentados em pequenos banquinhos de madeira de cerca de 20 centímetros de altura, em meio aos montes de cascas e às pilhas de mandiocas descascadas e depositadas em cestos. Após descascada, a mandioca era triturada e a seguir prensada em um equipamento hidráulico para a remoção da maior parte da porção líquida, denominada manipueira, resíduo rico em ácido cianídrico, tóxico para o homem e para o meio ambiente aquático e o terrestre (fauna e flora). Após sair da prensa, os torrões eram desfeitos em um equipamento elétrico denominado "cortador" (espécie de moinho de martelos dotado de peneiras de maior abertura). A seguir, ocorria a primeira etapa de secagem sobre uma chapa quente aquecida por um forno à lenha (com boca de alimentação na parte externa do estabelecimento), constantemente mexida por pás movimentadas por um motor elétrico (equipamento de fabricação artesanal, sem indicação de fabricantes). Após esta primeira secagem, a massa, ainda quente e na forma de pequenos torrões, era novamente triturada em outro "cortador" para diminuição de sua granulometria; em seguida, o produto era posto sobre a chapa quente de outro forno, onde permanecia até o ponto final de torra. O serviço de torra exigia atenção constante dos forneiros, a fim de garantir a produção de uma farinha mais branca e de maior qualidade. No setor de empacotamento, a produção era embalada com a marca [REDACTED]. A empresa também



**MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL**

adquiria farinha de terceiros, a qual era empacotada com outros nomes comerciais ("Apetitosa", "Agrestinha").

O proprietário da farinha, senhor [REDACTED] presente no momento da inspeção, administrava pessoalmente o estabelecimento. Como é costume nas casas de farinha, os trabalhadores eram todos moradores das cercanias, o que tornava a contratação bastante facilitada, sobretudo das raspadeiras. Tais trabalhadores, a maioria mulheres, tinham a remuneração aferida por produção, na base de R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos) para cada caçuá de mandioca descascada (espécie de balaio ou cesto carregado com o correspondente a 100 quilogramas do tubérculo com casca). A mandioca era pesada pelos trabalhadores [REDACTED]. O controle da quantidade de caçuás recebidos por cada trabalhador era feito por meio de entrega de fichas plastificadas numeradas, nas quais constava o logotipo "[REDACTED]". Terminada a produção do dia, os raspadores entregavam as fichas no escritório da administração, onde a produção era anotada e contabilizada.

A produção auferida pelos trabalhadores era variável, e, conforme apurado, cada um raspava de 2 a 6 caçuás (200 a 600 quilogramas) de mandioca por dia. Foi informado o recebimento de diferentes valores semanais, entre R\$ 50,00 (cinquenta reais) e R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais), com diversas quantias intermediárias. Neste sentido, as remunerações sequer alcançavam o valor do salário mínimo legal. O pagamento era realizado em dinheiro, normalmente uma vez por semana. A jornada das raspadeiras desenvolvia-se de terça à sexta-feira, em horários diversos (não havia sistema de controle de jornada). Por exercerem atividades paralelas (normalmente associadas ao cultivo de pequenas roças próprias de subsistência) e possuírem filhos, o empregador, por liberalidade e com intuito de manter sua força de trabalho coesa e à disposição, permitia que as raspadeiras trabalhassem em sistema com flexibilidade de horário (a maioria trabalhava de terça a sexta, mas alguns informaram que raspavam apenas 3 dias por semana). Embora os trabalhadores não tivessem controle de jornada, é patente a não eventualidade da prestação dos serviços, uma vez que os obreiros encontravam-se em atividade por meses e até anos a fio, comparecendo todas as semanas para o trabalho e constituindo mão de obra fundamental para o funcionamento da casa de farinha, uma vez que todo o processo de descascamento era manual. A maioria das raspadeiras realizava jornadas de 6 a 8 horas diárias, conforme a quantidade de mandioca disponível para o processamento; iniciavam o labor entre 6 e 7 horas da manhã, com fim de jornada em intervalos que variavam das 11/12 horas (em jornadas contínuas) até às 15/16 horas (neste caso, com média de uma hora de intervalo intrajornada). Por conveniência do empregador, conforme verificamos em todo o setor econômico, não havia atividade de raspagem nas segundas-feiras.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL**

Os carregadores [REDACTED] declararam que recebiam o pagamento por diárias de R\$ 60,00 (sessenta reais). A jornada de trabalho, de terça a sexta-feira, perdurava até acabar a mandioca disponível para ser raspada no dia (até 15 toneladas diárias, conforme declararam), expediente que ocorria por volta de 13 horas.

A informalidade na contratação dos trabalhadores acarretou o descumprimento de diversos outros dispositivos legais, quais sejam: 1) falta de anotação das CTPS no prazo legal; 2) admissão de empregados que não possuíam a CTPS; 3) ausência de recolhimento do FGTS mensal; 4) inexistência de controle de jornada no estabelecimento; 5) falta de pagamento da remuneração correspondente ao repouso semanal remunerado aos empregados; 6) pagamento de salário inferior ao mínimo vigente; 7) não pagamento do 13º (décimo terceiro) salário até o dia 20 (vinte) de dezembro de cada ano, no valor legal; 8) pagamento do salário do empregado sem a devida formalização do recibo; 9) extrapolação da jornada de 8 (oito) horas diárias.

4.2.2. Da ausência de material para limpeza, enxugo e secagem das mãos no lavatório

Foi verificado pela equipe de fiscalização que do lado de fora das instalações sanitárias feminina e masculina havia 01 (um) lavatório constituído apenas por uma torneira e um tanque de água. No local não foram encontrados quaisquer materiais para limpeza, enxugo ou secagem das mãos. Tal condição prejudica a adequada descontaminação das mãos, inclusive após a evacuação, e a higienização correta dos alimentos a serem manuseados para a produção, medidas que previnem infecções causadas por agentes patogênicos presentes nas fezes humanas.



Imagem: Lavatório que ficava ao lado das instalações sanitárias do estabelecimento.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

4.2.3. Da permissão de uso de recipientes coletivos para o consumo de água.

Verificamos que o empregador, embora disponibilizasse água potável aos empregados, não garantiu que o consumo dessa água se desse da forma correta. Na área da edificação destinada à raspagem da casca da mandioca havia um filtro de água utilizado inclusive pelos trabalhadores do cômodo ao lado, onde estavam armazenadas as máquinas para produção de farinha de mandioca. Os empregados [REDACTED] operadores de máquina, utilizavam o mesmo copo verde, guardado sobre uma máquina de prensagem desativada, para beberem água do filtro citado, conforme declararam à Fiscalização. Além disso, ao lado do filtro foram encontrados apenas um copo de vidro e outro de plástico na cor rosa, que eram usados pelos demais empregados para consumo da água.



Imagens: Purificador encontrado na casa de farinha. Uso de copos coletivos para consumir a água.

O uso de copo coletivo contribui para a proliferação de doenças respiratórias (como a influenza), herpes labial e outras doenças mais graves, como a Hepatite A e Hanseníase, atingindo não só o trabalhador, como também sua família.

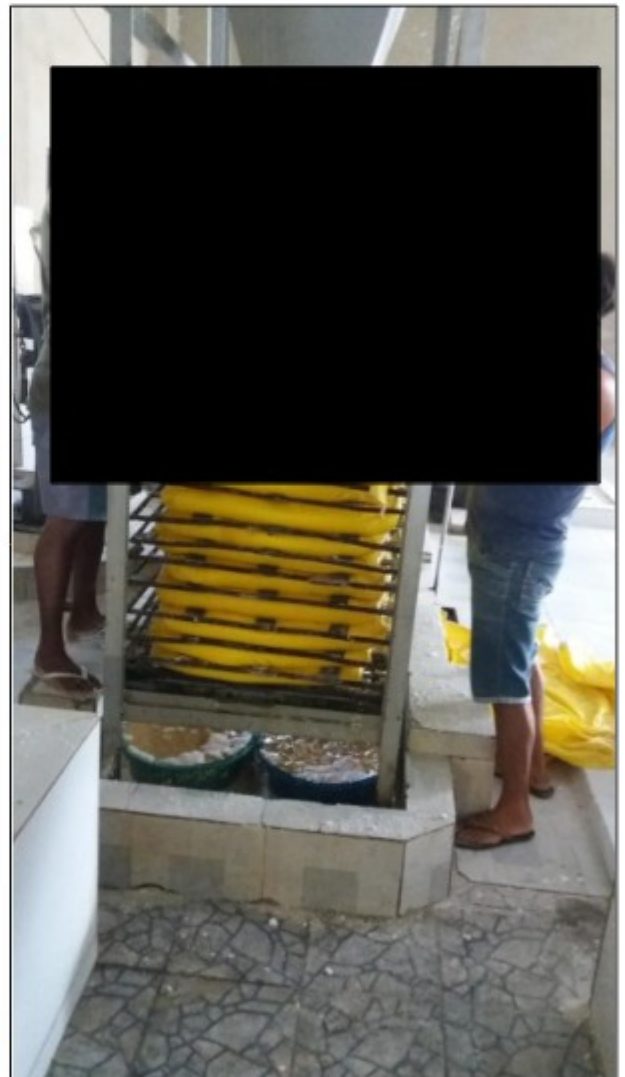
4.2.4. Da falta de fornecimento de EPI, ausência de exames admissional e periódico, inexistência de material de primeiros socorros, não elaboração do PCMSO e do PPRA, e ausência de constituição da CIPA

As trabalhadoras que faziam a raspagem da casca da mandioca não utilizavam luvas nem botas, ficavam sentadas em banquinhos baixos com as mãos nuas e usando chinelos de dedo, muitas vezes com os pés cobertos de cascas de mandioca, e utilizando a faca e o raspador em movimentos rápidos para atingir uma boa produção e assim melhorar seus ganhos. No setor de trituração, dois trabalhadores, um que lavava com mangueira as raízes descascadas, e outro que colocava, com o auxílio de uma pá, as raízes no ralador em funcionamento,



MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

laboravam vestindo camisetas e bermudas e calçando chinelos de dedo, e seus pés ficavam mergulhados até o tornozelo na água misturada com a manipueira venenosa. Na prensagem, dois trabalhadores que realizavam a tarefa utilizavam respirador descartável valvulado, porém não usavam luvas nem botas, executavam a atividade vestindo camisetas e bermudas e calçando chinelos de dedo. Enquanto aguardavam o enchimento do funil da prensa, os trabalhadores baixavam as máscaras e conversavam. Quando o funil estava cheio de mandioca triturada, este era aberto e a massa triturada contendo mandioca e manipueira venenosa caía no saco e respingava nestes trabalhadores, e depois estes tinham que espalhar a massa pelo saco com as mãos nuas, sem nenhuma proteção. Na torrefação, os forneiros utilizavam respirador descartável valvulado, mas não usavam luvas e trabalhavam de camiseta e de calça comprida, mas um deles estava calçando chinelo de dedo.



Imagens: Acima, trabalhadores do setor de raspagem e do setor de trituração da mandioca. À direita, trabalhadores do setor de prensagem. Os EPI utilizados não protegiam contra todos os riscos das atividades.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL**

O empregador também deixou de submeter os trabalhadores cujos vínculos empregatícios não estavam formalizados, ao exame médico admissional, e todos os obreiros (inclusive os registrados) ao exame periódico, conforme determinações contidas na Norma Regulamentadora nº 07 (NR-07).

Da mesma forma, no curso das inspeções realizadas não foram encontrados no estabelecimento os materiais necessários à prestação de primeiros socorros, sendo que todos os trabalhadores declararam que eles inexistiam ali. Após ter sido notificado, o empregador apresentou uma Nota Fiscal emitida pela Drogaria Unipharma LTDA, comprovando a aquisição de alguns materiais, porém com data de 01/06/2018, portanto posteriormente ao início da ação fiscal.

Ainda, o empregador deixou de garantir a elaboração e, conseqüentemente, efetiva implementação do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) e do Programa de Prevenção de Riscos e Acidentes (PPRA).

Por fim, verificamos também a inexistência no estabelecimento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA.

Embora tenha sido devidamente notificado a apresentar documentos necessários ao desenvolvimento da ação fiscal, dentre os quais, comprovantes de fornecimento de EPI aos trabalhadores, comprovantes de realização dos exames médicos admissionais e periódicos, notas fiscais de aquisição de materiais de primeiros socorros, cópias do PCMSO e do PPRA, e documentação completa da CIPA, o empregador deixou de cumprir integralmente a obrigação legal, apresentando apenas os ASO admissionais dos empregados registrados e a nota fiscal de compra dos materiais de primeiros socorros, conforme dito acima, justamente porque os demais documentos não existiam.

4.2.5. Das irregularidades relacionadas às máquinas e equipamentos

As máquinas e equipamentos da casa de farinha apresentavam diversas irregularidades em relação à ausência de itens de segurança, notadamente aqueles expressos na Norma Regulamentadora nº 12 (Saúde e Segurança em Máquinas e Equipamentos). A seguir, serão informadas as citadas irregularidades, com algumas imagens de caráter ilustrativo.

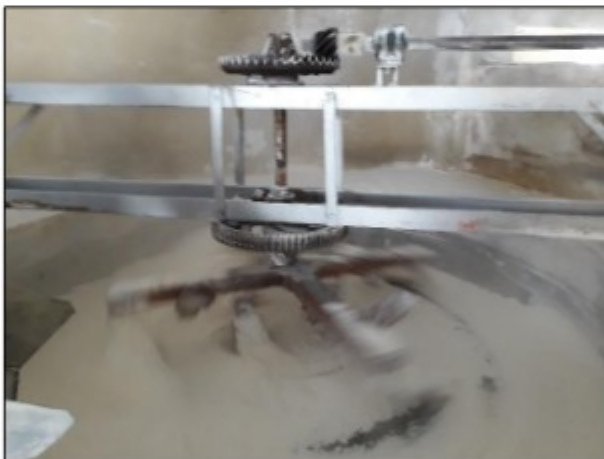
As condições de graves e iminentes riscos às quais estavam expostos os trabalhadores, em decorrência das péssimas condições de segurança supracitadas, ensejaram a interdição de todas as máquinas do estabelecimento, tendo sido lavrados e entregue ao empregador o Termo de Interdição e o respectivo Relatório Técnico.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL**

4.2.5.1. Da ausência de sistemas de segurança em zonas de perigo das máquinas

As pás giratórias dos quatro fornos em funcionamento, a zona de prensagem da prensa e a zona de corte do triturador de massa prensada não possuíam sistemas de segurança, tais como proteções fixas, proteções móveis e dispositivos de segurança interligados, podendo atingir, em algum momento, os trabalhadores, gerando risco de acidentes com lesões, como cortes, prensagem, esmagamento e amputação de partes do corpo do trabalhador.



Imagens: Zonas de perigo das máquinas sem qualquer tipo de proteção.

4.2.5.2. Da inexistência de proteções fixas e/ou móveis com dispositivos de intertravamento nas transmissões de força e seus componentes móveis

Nenhuma transmissão de força (polias, correias e engrenagens) e componentes móveis a ela interligados (eixos e acoplamentos) dos equipamentos utilizados no processo fabril possuía sistema de segurança, podendo atingir, em algum momento, os trabalhadores, gerando risco de acidentes com lesões, como agarramento, aprisionamento, esmagamento e amputação de segmentos corporais dos trabalhadores.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL**



Imagens: Transmissões de força das máquinas completamente expostas.

4.2.5.3. Da ausência de proteção do movimento perigoso de transportadores contínuos de materiais

Constatamos a ausência de proteção física nas extremidades (tambores de cauda) da esteira (transportador contínuo) que vai do tanque de lavagem da mandioca descascada ao ralador, no setor de produção, e nas extremidades (tambores de cauda) das duas esteiras (transportadores contínuos) utilizadas no setor de empacotamento do produto refinado, sem qualquer justificativa legal.



Imagens: Zonas perigosas dos transportadores contínuos sem proteção.

4.2.5.4. Da manutenção de comandos de acionamento de máquinas sem dispositivos que impedissem seu funcionamento automático ao serem energizadas

Várias máquinas eram acionadas por meio de dispositivos cujo uso não é aceito pela legislação de segurança do trabalho, a exemplo das chaves tipo "Lombard" simples, que, quando na posição "ligada", permitem o funcionamento automático da máquina tão logo a



**MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL**

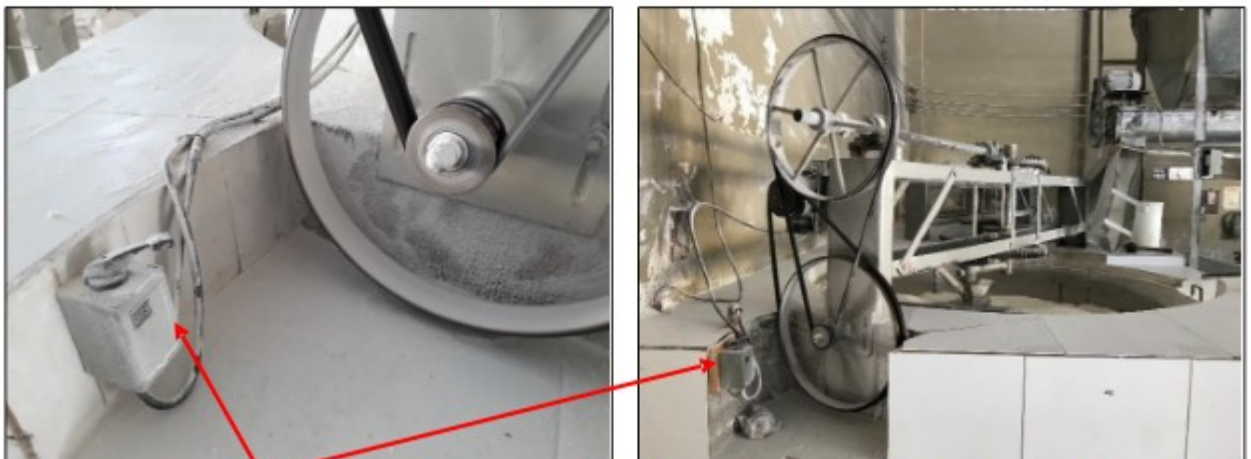
rede seja reenergizada, diferente das chamadas, genericamente, “botoeiras magnéticas”. Tal inconformidade foi encontrada no triturador de massa, nos dois trituradores de refino (moinhos), na prensa, nos quatro fornos em funcionamento e na peneira elétrica.



Imagens: Comandos de partida de máquinas da linha de produção, chaves tipo “Lombard”.

4.2.5.5. Da localização dos dispositivos de acionamento e parada em zonas perigosas das máquinas

As transmissões de força (polias, correias e engrenagens) das quatro máquinas torradeiras (fornos) em atividade estavam totalmente expostas e acessíveis. Os dispositivos de partida e parada de cada uma dessas máquinas estavam localizados próximos das transmissões de força expostas, de modo que para ligar e desligar as máquinas era necessária a perigosa aproximação das transmissões de força expostas e extensão do braço sobre as mesmas, trazendo sérios riscos de acidentes de trabalho.



Imagens: As chaves de acionamento dos motores dos fornos estavam localizada ao lado das transmissões de força.



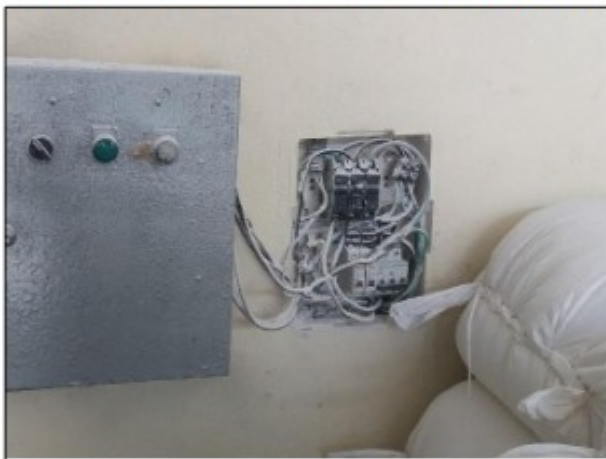
**MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL**

4.2.5.6. Da inexistência de dispositivo de parada de emergência nas máquinas

Nenhum dos equipamentos utilizados no processo fabril possuía dispositivos de parada de emergência, item básico de segurança, contrariando o disposto no item 12.56 da NR-12.

4.2.6. Da manutenção de instalações elétricas em condições inseguras de funcionamento

As instalações elétricas do local também estavam em condições ruins, sem qualquer respeito as normas básicas do setor, notadamente a NBR 5410 (Instalações elétricas de Baixa Tensão). Dentre outras irregularidades encontradas, podem ser citadas: tomadas em mau estado de conservação e não identificadas quanto à tensão; fiações expostas e sem proteção por eletrodutos; disjuntores abertos, sem proteção por quadros; fios e derivações penduradas à baixa altura, com gambiarras, sem dupla proteção; ausência de quadro de distribuição; ausência de painel de controle das máquinas; ausência de DDRs.



Imagens: Instalações elétricas das máquinas da fábrica de farinha.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

4.2.7. Da ausência de análise ergonômica do trabalho

O empregador deixou de realizar a análise ergonômica do trabalho para avaliar a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores.

As condições ergonômicas encontradas no local, como posturas inadequadas associadas à repetitividade de movimentos e a esforço físico intenso, além de levantamento e movimentação manual de cargas pesadas, asseguram um quadro de adoecimento ocupacional em um futuro não muito longe, agravando e perpetuando um contexto de miserabilidade e dependência econômica da estrutura estatal.

4.2.8. Da indisponibilidade de assentos para descanso durante as pausas no trabalho

Os trabalhadores do setor fabril, envolvidos na operação de máquinas utilizadas para ralar, prensar, torrar e peneirar a farinha de mandioca, não dispunham de assentos para descanso durante as pausas, tendo que permanecer de pé ao longo de toda a jornada, contrariando o disposto na NR-17 quanto à obrigatoriedade de disponibilização de assentos em locais em que possam ser utilizados por todos os trabalhadores.



Imagens: Galpão onde ficavam as máquinas da linha de produção, sem qualquer assento para uso dos trabalhadores.

O trabalho realizado por muito tempo de pé, sem pausa para descanso na posição sentada, situação agravada pelo ritmo intenso de trabalho, em decorrência do tipo de remuneração paga pelo empregador aos empregados, por produção, pode favorecer o desenvolvimento de doença cardíaca, pelo represamento do sangue nas pernas, dificultando o seu bombeamento pelo coração, gerando um risco de adoecimento ocupacional.

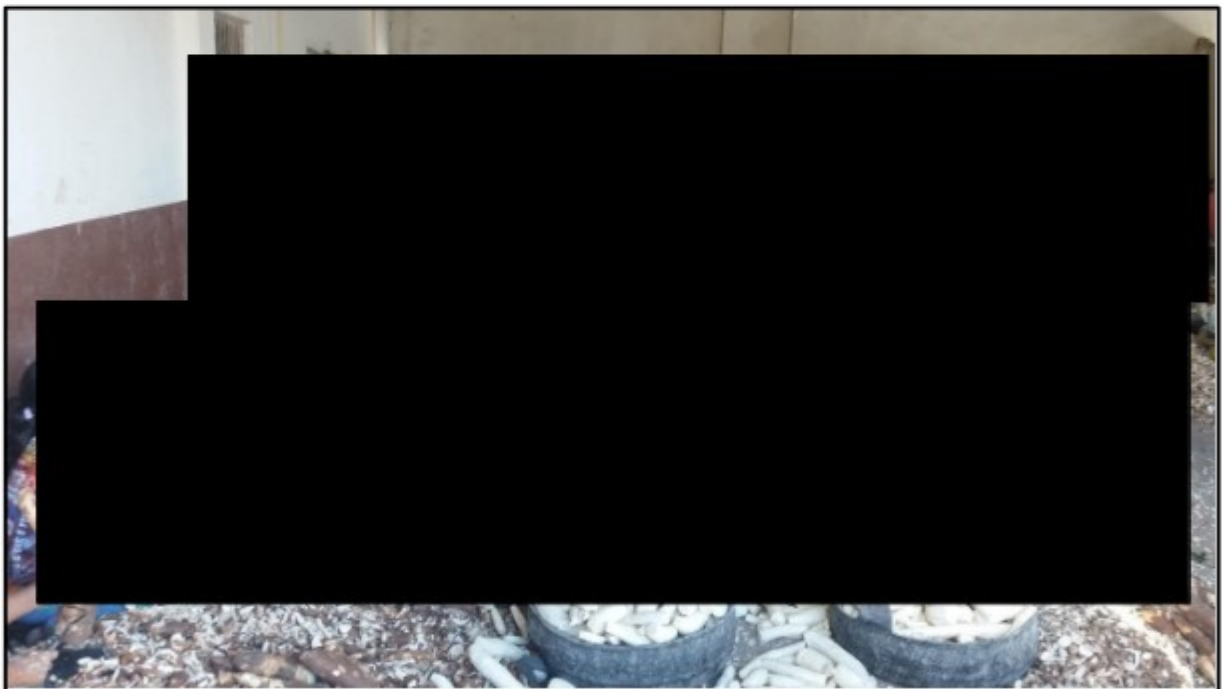


MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

4.2.9. Da utilização de assentos nos postos de trabalho em desacordo com o disposto na NR-17

Durante a inspeção no galpão utilizado para a raspagem da mandioca, verificamos não haver condições mínimas de conforto para os trabalhadores que laboravam no local. Os raspadores trabalhavam sentados em banquinhos de madeira com aproximadamente 20 cm de altura, visivelmente improvisados, os quais sequer eram fornecidos pelo empregador. Os empregados relataram que traziam esses tamboretos de casa, e trabalhavam em meio à mandioca e à casca retirada. Também foi observado o uso de tambores de plástico cortados como assentos.

O item 17.3.3 da NR-17 estabelece os seguintes requisitos mínimos de conforto para os assentos nos postos de trabalho: a) altura ajustável à estatura do trabalhador e à natureza da função exercida; b) características de pouca ou nenhuma conformação na base do assento; c) borda frontal arredondada; d) encosto com forma levemente adaptada ao corpo para proteção da região lombar.



Imagens: Trabalhadores do setor de raspagem da mandioca, laborando sentados em banquinhos improvisados.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

4.3. Das providências adotadas pelo GEFM

No dia da inspeção do estabelecimento, o empregador recebeu a **Notificação para Apresentação de Documentos - NAD nº 355259300518/01** (CÓPIA ANEXA), para apresentar, no dia 04/06/2018, na sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Caruaru/PE, situada à Rua Saldanha Marinho, 375, Bairro Maurício de Nassau, Caruaru/PE, documentação sujeita à inspeção do trabalho, referente aos obreiros encontrados em plena atividade no estabelecimento fiscalizado.

Na data marcada, o empregador apresentou apenas documentos referentes aos trabalhadores já registrados (sem providenciar qualquer regularização dos empregados encontrados em situação de informalidade), quais sejam: registro de firma, Livro de Inspeção do Trabalho, Fichas de Registro de Empregados, relação de empregados, RAIS, folhas de pagamento, recibos de pagamento de 2016, avisos e recibos de férias, FGTS, análise de potabilidade da água, ASOs admissionais e demissionais. Não foram apresentados os demais documentos solicitados na Notificação, inclusive referente às Normas Regulamentadoras, justamente pela ausência de gestão. Os documentos foram analisados e devolvidos ao empregador no mesmo dia 04/06/2018. Em seguida, o empregador foi ouvido pelos integrantes do GEFM, tendo sido suas declarações reduzidas a **Termo** (CÓPIA ANEXA). Na mesma oportunidade, foi entregue ao empregador o **Termo de Interdição das máquinas acompanhado do Relatório Técnico** (CÓPIAS ANEXAS), protocolados posteriormente na GRT de Caruaru.

O empregador também recebeu uma Notificação, anexa ao **Termo de Registro de Inspeção** (CÓPIA ANEXA) fixado no Livro de Inspeção do Trabalho, para apresentar, até o dia 05/07/2018, por meio eletrônico, os documentos: 1) comprovante de informação e a multa do CAGED de admissão; 2) comprovantes de informação da RAIS retificadora referente aos empregados encontrados em situação de informalidade (2013 a 2017), acompanhados dos comprovantes de pagamento da multa pelo atraso nas informações.

O Termo de Inspeção também contemplava orientações sobre os procedimentos a serem adotados sempre que houver admissão e manutenção de trabalhadores, visando resguardar a legislação trabalhista, inclusive em matéria de saúde e segurança.

O empregador firmou **Termo de Ajuste de Conduta** (CÓPIA ANEXA) com o Ministério Público do Trabalho e a Defensoria Pública da União, por meio do qual assumiu obrigações de fazer e de não fazer, relativas ao cumprimento da legislação trabalhista, bem como de pagar dano moral coletivo, representado pela doação de 10 (dez) pneus Pirelli Scorpion Mud, referência 255/70/R16, em benefício da instituição indicada pelos citados órgãos.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

4.4. Dos Autos de Infração e da NDFC

As irregularidades mencionadas neste Relatório ensejaram a lavratura de 29 (vinte e nove) autos de infração, em cujos históricos está descrita detalhadamente a natureza de todas as irregularidades. Os autos foram entregues ao empregador, bem como a Notificação para Comprovação de Registro de Empregado – NCRE nº 4-1.480.943-2, para que seja informado ao sistema do seguro-desemprego, por meio do CAGED, o início dos vínculos de todos os trabalhadores. Além disso, também foi lavrada a **NDFC nº 201.153.190 (CÓPIA ANEXA)**, em decorrência da falta de recolhimento de FGTS para os empregados. Segue, abaixo, a relação detalhada dos autos lavrados, bem como, em anexo, as cópias dos mesmos.

	Nº do AI	Ementa	Descrição	Capitulação
1	21.480.943-9	001774-4	Admitir ou manter empregado em microempresa ou empresa de pequeno porte sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.	Art. 41, caput, c/c art. 47, §1º da CLT, com redação conferida pela Lei 13.467/17.
2	21.480.947-1	000005-1	Deixar de anotar a CTPS do empregado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do início da prestação laboral.	Art. 29, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
3	21.480.948-0	000001-9	Admitir empregado que não possua CTPS.	Art. 13, caput, da CLT.
4	21.480.949-8	000978-4	Deixar de depositar mensalmente o percentual referente ao FGTS.	Art. 23, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.036, de 11.5.1990.
5	21.480.951-0	000074-4	Pagar salário inferior ao mínimo vigente.	Art. 76 da Consolidação das Leis do Trabalho.
6	21.480.952-8	001513-0	Deixar de pagar ao empregado a remuneração, à que fizer jus, correspondente ao repouso semanal.	Art. 7º da Lei nº 605/1949.
7	21.480.953-6	001407-9	Deixar de efetuar o pagamento do 13º (décimo terceiro) salário até o dia 20 (vinte) de dezembro de cada ano, no valor legal.	Art. 1º da Lei nº 4.090, de 13.7.1962, com as alterações introduzidas pelo art. 1º, da Lei nº 4.749, de 12.8.1965.
8	21.480.954-4	001146-0	Efetuar o pagamento do salário do empregado, sem a devida formalização do recibo.	Art. 464 da Consolidação das Leis do Trabalho.
9	21.480.955-2	000016-7	Exceder de 8 (oito) horas diárias a duração normal do trabalho.	Art. 58, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
10	21.480.958-7	000057-4	Deixar de consignar em registro mecânico, manual ou sistema eletrônico, os horários de entrada, saída e período de repouso efetivamente praticados pelos empregados.	Art. 74, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

	Nº do AI	Ementa	Descrição	Capitulação
11	21.480.959-5	124010-2	Deixar de disponibilizar material para a limpeza, enxugo ou secagem das mãos no lavatório.	Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 24.1.9 da NR-24.
12	21.480.960-9	124242-3	Permitir o uso de recipientes coletivos para o consumo de água.	Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 24.7.1 da NR-24.
13	21.480.961-7	206024-8	Deixar de fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento.	Art. 166 da CLT, c/c item 6.3 da NR-6.
14	21.480.963-3	107008-8	Deixar de submeter o trabalhador a exame médico admissional.	Art. 168, inciso I, da CLT, c/c item 7.4.1, alínea "a", da NR-7.
15	21.480.964-1	107009-6	Deixar de submeter o trabalhador a exame médico periódico.	Art. 168, inciso III, da CLT, c/c item 7.4.1, alínea "b", da NR-7.
16	21.480.965-0	107045-2	Deixar de equipar o estabelecimento com material necessário à prestação de primeiros socorros, considerando as características da atividade desenvolvida.	Art. 168, § 4º, da CLT, c/c item 7.5.1 da NR-7.
17	21.480.967-6	107059-2	Deixar de garantir a elaboração e efetiva implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.	Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 7.3.1, alínea "a", da NR-7.
18	21.480.968-4	109042-9	Deixar de elaborar e/ou de implementar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.	Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 9.1.1 da NR-9.
19	21.480.974-9	205001-3	Deixar de constituir e manter em regular funcionamento a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.	Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 5.2 da NR-5.
20	21.480.975-7	212077-1	Deixar de instalar sistemas de segurança em zonas de perigo de máquinas e/ou equipamentos.	Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 12.38, da NR-12.
21	21.480.976-5	212096-8	Deixar de instalar proteções fixas, e/ou móveis com dispositivos de intertravamento em transmissões de força e seus componentes móveis, quando acessíveis ou expostos.	Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 12.47, da NR-12.
22	21.480.980-3	212201-4	Deixar de proteger movimento perigoso de transportador contínuo de materiais, em pontos de esmagamento, e/ou agarramento e/ou aprisionamento acessíveis durante a operação normal.	Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 12.85, da NR-12.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL**

	Nº do AI	Ementa	Descrição	Capitulação
23	21.480.982-0	212049-6	Manter comandos de partida e/ou acionamento de máquinas sem dispositivos que impeçam seu funcionamento automático ao serem energizadas.	Art. 184, parágrafo único, da CLT, c/c item 12.25, da NR-12.
24	21.480.983-8	212044-5	Utilizar máquina com dispositivos de partida e/ou acionamento e/ou parada projetados e/ou selecionados e/ou instalados de modo que se localizem em suas zonas perigosas.	Art. 184, parágrafo único, da CLT, c/c item 12.24, alínea "a", da NR-12.
25	21.480.985-4	212119-0	Deixar de instalar em máquina um ou mais dispositivos de parada de emergência.	Art. 184, parágrafo único, da CLT, c/c item 12.56, da NR-12.
26	21.480.987-1	210046-0	Deixar de manter as instalações elétricas em condições seguras de funcionamento.	Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 10.4.4 da NR-10.
27	21.480.989-7	117037-6	Deixar de realizar a análise ergonômica do trabalho, para avaliar a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores.	Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 17.1.2 da NR-17.
28	21.480.990-1	117048-1	Deixar de disponibilizar assentos para descanso durante as pausas, nas atividades em que os trabalhos devam ser realizados de pé.	Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 17.3.5 da NR-17.
29	21.480.991-9	117046-5	Utilizar assentos nos postos de trabalho em desacordo com o disposto na NR-17.	Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 17.3.3 da NR-17.

5. CONCLUSÃO

No caso em apreço, deduz-se que não havia no estabelecimento fiscalizado práticas que caracterizassem situações de trabalho análogo ao de escravo, embora tenham sido encontradas irregularidades pertinentes às áreas de legislação e de saúde e segurança no trabalho, que foram objeto de autuação e interdição.

Em consonância com o diagnóstico técnico embasado pelas determinações da IN nº 139/2018 e de seus indicadores, pudemos verificar que os trabalhadores da casa de farinha do empregado [REDACTED] não estavam submetidos a condição análoga à de escravo.

No local, após entrevistados os trabalhadores e examinadas as áreas de trabalho, não foram relatadas notícias de trabalho forçado, jornada exaustiva, de quaisquer tipos de restrição de locomoção dos trabalhadores, vigilância armada, posse de documentos ou objetos pessoais dos trabalhadores com o fim de retê-los no local, tampouco sistema de



**MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL**

servidão por dívidas. Da mesma forma, não houve constatação da submissão dos obreiros a condições degradantes de trabalho, haja vista que as irregularidades encontradas não aviltavam a dignidade de tais trabalhadores. Também não havia exploração de mão de obra infantil na casa de farinha.

Neste sentido, no momento da fiscalização, não foram encontradas evidências de práticas que ensejassem resgate de trabalhadores.

Sugerimos que a chefia estadual da SRT/Pernambuco seja formalmente comunicada da necessidade de intervenção regional na atividade econômica de produção de farinha. Com base nas atuações do GEFM no setor e conhecimento obtido em campo, foi diagnosticado que, paralelamente à existência de pequenos estabelecimentos onde a atividade relaciona-se, basicamente, à subsistência das famílias locais, existem estabelecimentos maiores em que há grande probabilidade de exploração da mão de obra à margem das garantias mínimas asseguradas pela legislação trabalhista brasileira. Em todos os estabelecimentos fiscalizados dois elementos estiveram presentes: informalidade e situações de grave e iminente risco.

Por fim, sugerimos o encaminhamento do presente Relatório, juntamente com todos os anexos, aos órgãos de praxe para as providências pertinentes.

Brasília/DF, 12 de junho de 2018.

